



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

- a) Quais os termos do acordo sobre a compra de energia pelo Paraguai, produzida por Itaipu, assinado em maio e anulado em agosto de 2019?
- b) Quanto o Brasil perde com o anúncio de reconhecimento da decisão do Paraguai de anular a ata sobre a compra de energia de Itaipu?
- c) O Brasil está abrindo mão de recursos para resolver a crise política enfrentada pelo Presidente paraguaio Mario Abdo Benitez, originada com a assinatura do acordo?
- d) Brasil e Paraguai já iniciaram as reuniões técnicas para revisão do tratado original de Itaipu que deverá ocorrer em 2023 quando completa 50 anos?





JUSTIFICAÇÃO

Uma crise política que ameaçava a deposição do Presidente do Paraguai, Mario Abdo Benitez, precisou do governo Brasileiro para ser debelada. O pivô dos desentendimentos do governo daquele país com o seu parlamento e que contava com os ânimos favoráveis até dos membros do partido de apoio do governo para aprovar o impeachment do Presidente, foi a assinatura de um acordo em maio desse ano com o Brasil sobre a compra de energia produzida pela hidrelétrica de Itaipu.

A oposição paraguaia passou a acusar o presidente Mario Abdo de ter traído a pátria Paraguia ao assinar um acordo que elevaria o preço da energia paga pelo seu país ao Brasil.

Pelo texto assinado, o Paraguai aumentava a previsão de compra da chamada energia garantida, mais cara, reduzindo o consumo da energia chamada de excedente, que é mais barata.

Para a oposição paraguaia, o Presidente Abdo ao assinar o documento assumindo o compromisso de pagar mais caro ao Brasil pela energia recebida de Itaipu, favoreceu os interesses brasileiros quando deveria trabalhar pelos interesses do seu país e de seu povo.

Depois de apenas dois meses da assinatura entre os dois países, o embaixador do Brasil no Paraguai, Carlos Alberto Simas Magalhães, assinou em Assunção um documento em que o Estado brasileiro reconhece a decisão do Estado paraguaio de anular a renegociação que faria o país vizinho pagar mais caro pela energia da usina binacional. Assim as equipes técnicas dos dois países vão retomar as reuniões para construir outro texto mais favorável ao Paraguai e tudo volta ao marco zero, acalmando a crise política contra o Presidente paraguaio.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Sr. Ministro de Minas e Energia que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO

